

Capacidades conjuntas multinacionais nas Américas: como o Force Design 2030 do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA pode abrir caminho para a defesa coletiva

WILLIAM “BILL” GODNICK, PhD

ROBERT BURRELL, PhD

MANUEL CARRANZA

A medida que o cenário geopolítico das Américas continua evoluindo, as nações do hemisfério ocidental enfrentam cada vez mais desafios de segurança complexos. As estratégias de defesa tradicionais são inadequadas para abordar ambas as ameaças irregulares, como crimes transnacionais e concorrência estratégica. O conceito do *Force Design 2030* do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA surge como uma estrutura crucial para aprimorar as capacidades conjuntas multinacionais, fomentando um mecanismo de defesa mais coeso e robusto nos serviços armados dos EUA.

No cerne desse conceito está o reconhecimento de que plataformas e sistemas de armamentos polivalentes são incapazes de abordar as ameaças modernas. Assim, o conceito defende uma abordagem unificada, aproveitando os pontos positivos e recursos exclusivos de cada componente dos serviços militares para assumir uma postura de defesa progressista. Ele enfatiza a interoperabilidade, com foco em treinamentos padronizados, exercícios conjuntos e plataformas compartilhadas. Esses esforços têm como objetivo facilitar uma comunicação e uma coordenação fluidas, aprimorando, assim, a eficácia das operações combinadas e promovendo a confiança mútua entre as forças.

Além disso, o conceito realça a importância da adaptabilidade em uma era de rápido avanço tecnológico e a relevância crescente dos ambientes aeronáuticos, navais e marítimos. Por meio da integração de tecnologias e táticas inovadoras, esse conceito permite que o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA responda rápida e eficazmente a diversas ameaças em potencial. Essa postura proativa garante que o Corpo continue ágil e versátil, capaz de navegar tanto pelo cenário bélico convencional quanto pelo cenário irregular.

Este artigo examina as dimensões operacional, tática e estratégica do conceito do *Force Design 2030* do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, explorando seu potencial para revolucionar a colaboração em defesa nas Américas. Com base em uma análise do contexto histórico e das lições aprendidas de iniciativas passadas, o artigo salienta os desafios e oportunidades na implementação dessa estrutura ambiciosa, além de representar um passo significativo rumo a um futuro mais seguro e estável para a região, prometendo uma nova era de colaboração em defesa e segurança coletiva.

Componentes da infantaria de marinha e o poder naval

Atualmente, os componentes da infantaria de marinha concentram-se em controle de armas, operações antiterrorismo, assistência humanitária e apoio aos Estados afetados pela insurgência ou crise em seus territórios em momentos de paz, crise, emergência ou guerra.¹ Segundo Marcos Pablo Moloeznik, os componentes da infantaria de marinha formaram-se no século 16, quando as tropas eram treinadas para proporcionar segurança e defesa para navios, bem como para abordar embarcações inimigas.² Na América Latina, o *Corpo de Fuzileiros Navais* do Brasil é considerado o serviço militar de corpo de fuzileiros navais mais antigo, com raízes que remontam à Brigada Real da Marinha portuguesa. Durante as guerras de independência na América Latina, as marinhas nacionais emergentes herdaram seus próprios corpos de fuzileiros navais dos poderes coloniais anteriores. Assim, os corpos de fuzileiros navais da América Latina têm uma conexão histórica com suas raízes portuguesas e espanholas ricas, sendo uma parte integrante do desenvolvimento das repúblicas ibero-americanas.

Além disso, Moloeznik salienta que o Corpo de Fuzileiros Navais britânico foi criado em 28 de outubro de 1664 com o nome de Regimento Marítimo a Pé de Albany (ou Regimento de Albany), cuja primeira mobilização documentada ocorreu em 1672. O Rei Jorge III mudou o nome oficialmente para “Royal Marines” (fuzileiros reais) em 1802. Enquanto isso, o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, uma das unidades de combate de infantaria naval mais antigas a serem mobilizadas no mundo, remonta a 10 de novembro de 1775, na Filadélfia, quando o Capitão Samuel Nicholas formou dois batalhões navais continentais por ordem do Congresso. Embora o Canadá não conte com componentes de infantaria de marinha atualmente, a Marinha canadense colabora com o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos e tornou-se um dos principais atores no hemisfério ocidental.³

Jeannie L. Johnson dividiu o planejamento estratégico do Corpo de Fuzileiros Navais em quatro grupos principais.⁴ O primeiro grupo, chamado de *Small Wars School* (escola de pequenas guerras), aborda questões relacionadas a Estados em

crise, ameaças transnacionais e jihadismo. O segundo grupo, os *Traditionalists* (tradicionalistas), concentra-se no preparo para vencer guerras internacionais em grande escala e enfatiza a capacidade anfíbia do Corpo. O terceiro grupo, *Full Spectrum Operations* (operações de espectro total), é o preferido de vários comandantes de forças terrestres dos EUA e frisa a importância dos treinamentos e da logística para todo o espectro de contingências associadas a conflitos, considerando-se que seu conceito de força de peso médio é pesado o suficiente para guerras expedicionárias e leve o suficiente para uma mobilização veloz. O quarto grupo, *Division of Labor* (divisão do trabalho), apoia o uso de forças especializadas em casos de guerra irregular, focando-se em treinamentos e armamentos convencionais. Essa abordagem prioriza mecanismos preventivos, incluindo operações de estabilidade, e exige treinamentos altamente especializados para casos concretos irregulares, alinhados ao cenário político atual dos EUA.

De acordo com Moloeznik, a mensuração do poder naval e marítimo pode ser realizada da seguinte forma: poder naval + interesses marítimos = poder marítimo.⁵ O poder naval equivale à Marinha, incluindo a Marinha em si e suas bases. Além disso, Moloeznik define três principais sistemas de classificação utilizados para avaliar a força naval de cada país: Reino Unido, França e EUA. O sistema de classificação dos EUA é exclusivo no sentido de que considera, além das unidades de superfície, a quantidade total de armas mobilizadas, o que é significativo para o argumento apresentado nesta obra.

Hoje, com base na auditoria da capacidade geopolítica da *Henry Jackson Society*, os EUA superam todos os seus parceiros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês) em poder naval. Os dois únicos países do hemisfério ocidental catalogados como potências hemisféricas são o Canadá (4.º lugar geral) e o Chile, listado como potência regional (9.º lugar geral). No entanto, o relatório adverte que, se continuar crescendo no ritmo atual, a China pode acabar desafiando os EUA para conquistar a dominância regional na região Ásia-Pacífico. Ademais, a auditoria sugere que nações menos desenvolvidas podem explorar seu potencial total para estreitar a lacuna de capacidade.⁶

Segundo Moloeznik, a partir de 2015, a maioria das classes de embarcação naval usadas no hemisfério ocidental inclui navios de patrulha dos tipos fragata, corveta e SAAR 4.5 (Aliya). As Marinhas do Chile, Peru e Brasil concentram-se na defesa territorial marítima; as Marinhas do Equador, México, Argentina, Venezuela e Colômbia focam-se na vigilância policial; e a Marinha de Cuba serviu como uma *armada* simbólica. Além disso, os mísseis mais utilizados na região são o Exocet do tipo superfície-superfície, seguidos pelo Harpoon, enquanto os tipos superfície-ar incluem o Aspide, seguido pelo Sea Wolf.⁷ No entanto, em seu estudo, o Comandante Matthew S. von Ruden, da Guarda Costeira dos EUA, explica que,

em 2006, os recursos militares na região permaneciam extremamente limitados, com o gasto militar total de todos os países do hemisfério, excluindo os EUA e o Canadá, sendo menos de quatro por cento do gasto anual de defesa do mundo — muitos países da região nem sequer têm as capacidades militares necessárias para monitorar as atividades marítimas em suas águas territoriais de forma eficaz.⁸

Apesar da sua localização geográfica, as nações latino-americanas têm tradicionalmente dado mais importância aos seus exércitos do que às suas marinhas, apesar da sua proximidade com o mar. Além do mais, embora o Canadá tenha um poder naval significativo, tem tido dificuldade até em cumprir as diretrizes de investimento em defesa da OTAN.⁹ Entretanto, o atual foco dos Estados Unidos no Indo-Pacífico também representa um desafio à tentativa de manter a superioridade no Hemisfério Ocidental.

No entanto, à medida que a governança democrática emergiu na região, a força naval ganhou maior proeminência, com o Brasil e o Chile na liderança.¹⁰ No entanto, como Guevara Moyano aponta em seu estudo, enquanto os países aliados estão cada vez mais apoiando a Segurança Hemisférica projetando suas capacidades navais na região, eles também estão abrindo a porta para disputas navais e territoriais centenárias.¹¹ No entanto, este artigo argumenta que o investimento numa capacidade multinacional, tal como proposto pelo conceito da Doutrina 2030 da Força do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, é imperativo, uma vez que a sua abordagem combinada fornece um quadro para a colaboração, ao mesmo tempo que aborda preocupações navais e territoriais.

Política no hemisfério ocidental

A Doutrina Monroe, a principal ferramenta de política externa dos EUA nas Américas desde o início do século 19, foi referenciada cada vez mais no decorrer do século 20, principalmente entre as duas guerras mundiais, quando os debates relacionados à Sociedade das Nações atingiram seu auge. Porém, ela foi perdendo sua importância gradualmente durante a Guerra Fria, com apenas um breve aumento das citações durante a crise dos mísseis de Cuba. Ela voltou recentemente, mas mais na forma de um conjunto de ideias que de políticas concretas.¹²

Em novembro de 2021, o presidente dos EUA, Joe Biden, organizou a cúpula da Parceria das Américas para a Prosperidade Econômica (APEP, na sigla em inglês), que contou com a participação dos líderes de 11 países. A cúpula tinha como objetivo aprimorar a competitividade da região e gerar investimentos. Nas palavras da secretária do tesouro, Janet Yellen, “[a APEP] é um exemplo de *friendshoring*. Não obstante, mais elementos são necessários para definir um plano estratégico para as Américas, considerando-se que o Brasil e outras potências econômicas da América Latina não compareceram à cúpula, mencionando a ausência

da Argentina e outros membros da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (vale ressaltar que a China é o principal parceiro comercial de três dessas economias latino-americanas proeminentes: Brasil, Chile e Peru).¹³

Em seu livro intitulado *Great-Power Competition and Conflict in the 21st Century Outside the Indo-Pacific and Europe (Concorrência e conflitos entre grandes potências no século 21 fora do Indo-Pacífico e da Europa)*, a Rand Corporation oferece insights adicionais. Esse estudo analisou 16 variáveis que medem como as grandes potências tentam influenciar por meios diplomáticos, informacionais, militares e econômicos, utilizando-os para avaliar a probabilidade de concorrência em palcos secundários. Os achados do estudo revelam que a América Latina oferece oportunidades otimistas para os EUA, em contraste com a Rússia ou a China, e que os EUA atualmente detêm o poder hegemônico na região, com o Canadá e o México totalmente alinhados geopoliticamente aos Estados Unidos.¹⁴

Ademais, em outubro de 2003, a Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou a *Declaração sobre Segurança nas Américas*, trazendo uma nova perspectiva referente à segurança do hemisfério. Esse ponto de vista expansivo ultrapassou o escopo tradicional da defesa nacional e incluiu um amplo leque de ameaças em potencial, incluindo questões políticas, econômicas, sociais, de saúde e ambientais. À medida que os componentes da infantaria de marinha se preparavam para essas novas responsabilidades, além de suas responsabilidades fronteiriças e territoriais tradicionais, no artigo *The State of Marine Corps Forces in the Southern Cone of America in the Context of Current International Security* (O estado das forças de fuzileiros navais no Cone Sul da América no contexto da segurança internacional atual), Sepúlveda Cox também identificou o tráfico de drogas, o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro e o tráfico de pessoas como as principais ameaças dentro do ambiente pós-Segunda Guerra Mundial.¹⁵³³

Chegar a acordos mutuamente benéficos entre nações irmãs é a tarefa mais fundamental para as instituições interamericanas. Na 15.^a Conferência de Ministros da Defesa das Américas, os EUA propuseram a criação de uma força conjunta para abordar os riscos e ameaças compartilhados, com foco na dissuasão integrada e descentralizada para contrapor as atividades de “área cinzenta” da China, o que levou a exercícios conjuntos aprimorados, como o *Southern Vanguard 2021*, o *Panamax* e o *Southern Star 2022*.¹⁶ No entanto, em seu artigo *Disuasión estratégica en el hemisferio occidental: propuestas vigentes para el entorno multidominio*, Carlos Alberto Barrera Franco e Manuel Abdullah Carranza Vázquez alertam que esses exercícios podem correr o risco de aumentar as tensões dentro do sistema interamericano, já que a América Latina e o Caribe formaram diversas parcerias internacionais com o Canadá, Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Austrália e parceiros africanos, além dos EUA e da China.¹⁷ Essas nações vêm expandindo seus relacionamentos com países

latino-americanos investindo em energia renovável, financiando projetos de desenvolvimento, apoiando iniciativas climáticas, fortalecendo o comércio e investindo em projetos de mineração.¹⁸ Assim, definições e propostas claras de missão são necessárias para criar estruturas de segurança cooperativas para lidar com riscos e ameaças compartilhados.

O posicionamento da América do Sul entre o continente africano e a Eurásia a torna uma região privilegiada em termos de localização geoestratégica (embora isso não se traduza necessariamente em relevância geopolítica). Vale a pena notar que os países da APEC mantêm parcerias econômicas e militares críticas com os EUA e a Austrália, cruciais, pois a infraestrutura de defesa dos EUA na área de responsabilidade do Comando Indo-Pacífico dos EUA é limitada em comparação com a dos comandos europeu, central e africano.¹⁹ No que tange à dissuasão estratégica, ou mesmo ao preparo para lutar nos Mares do Leste e do Sul da China, tanto o Comando Norte dos EUA quanto o Comando Sul dos EUA precisam preparar-se para também prestar suporte e incluir a defesa do Oceano Pacífico Sul, principalmente nas regiões da Micronésia e da Polinésia.

Além disso, da perspectiva da segurança marítima, é fundamental manter uma utilização responsável dos recursos marítimos. Para isso, uma colaboração internacional é crucial para estipular normas de prevenção e gestão de ameaças à segurança marítima. Isso traz uma oportunidade de firmar e aprimorar parcerias estratégicas entre governos e organizações, a fim de implementar medidas regionais de segurança marítima robustas e abrangentes.²⁰

Ameaças à segurança no hemisfério ocidental

O Círculo do Pacífico é uma área vital para as Américas, e qualquer interrupção do comércio na região Indo-Pacífico pode afetar consideravelmente as economias de diversos países. Assim, os países aliados ao ocidente devem tomar as devidas medidas para proteger seus interesses estratégicos e estabelecer parcerias militares sólidas.²¹ Isso é particularmente preocupante no que diz respeito às ameaças associadas à defesa de Taiwan, pois a China pode, em caso de conflito, sentir-se tentada a desestabilizar as capacidades estratégicas e táticas do hemisfério ocidental, como o domínio do espaço, infraestruturas de Tecnologia da Informação, portos navais e aeródromos.²² Essa é apenas uma das diversas questões de instabilidade da segurança potencialmente significativas que o hemisfério ocidental enfrenta em várias sub-regiões.

Outras questões de instabilidade da segurança potencialmente significativas incluem disputas territoriais que remontam a décadas atrás, como a disputa entre a Guiana e a Venezuela, que recentemente recebeu uma ameaça do presidente venezuelano, Nicolas Maduro, de implementar ações militares a fim de anexar a

província do Essequibo.²³ Esse território rico em petróleo faz parte do território da Guiana desde sua independência colonial, e qualquer conflito militar dependeria em grande parte das forças navais e de infantaria de marinha. Embora a diplomacia tenha prevalecido, o futuro da disputa é incerto, sendo que até mesmo a líder da oposição venezuelana, María Corina Machado, permanece neutra, no máximo, em relação ao conflito.²⁴

Além disso, o Equador, com sua posição estratégica dentro das principais rotas marítimas do tráfico de drogas, mergulhou no caos depois que gangues locais receberam auxílios consideráveis dos cartéis de *Sinaloa* e *Jalisco Nueva Generación*. Esses grupos ficaram mais armados, mais treinados e até mais violentos. Em 2023, após o ex-presidente, Rafael Correa, ser acusado de corrupção, um candidato presidencial, Fernando Villavicencio, que prometia trazer transparência, foi assassinado, levando a um ultraje nacional.²⁵ O novo presidente, Daniel Noboa, tentou cumprir as ambições de Villavicencio, implementando políticas rigorosas que muito se aproximavam às políticas autoritárias de Nayib Bukele em El Salvador. Uma dessas políticas, que envolvia um controle severo do sistema penitenciário, resultou na fuga da prisão de um dos principais traficantes de drogas do Equador, José Adolfo Macías, também conhecido como “Fito”. O caos ficou ainda pior com a instalação de dispositivos explosivos improvisados por toda a cidade, o foco nas forças policiais e até a invasão de uma estação de televisão durante uma transmissão ao vivo. A resposta de Noboa foi declarar uma emergência nos termos do Artigo 3 das Convenções de Genebra e das disposições do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres em caso de conflitos armados não internacionais, o que fez com que a maioria das gangues criminosas fossem categorizadas como organizações terroristas/combatentes inimigos, legitimando, assim, os alvos militares.²⁶ À medida que a luta prossegue e outros países oferecem apoio militar, o tamanho e o escopo desse conflito é diferente de outros conflitos ocorridos anteriormente na história recente da América Latina.

Infelizmente, o Equador não é o único país que enfrenta rivalidades acirradas entre cartéis de drogas internacionais com efeitos desestabilizadores consideráveis na região. Após o assassinato do presidente haitiano, Jovenel Moïse, em 7 de julho de 2021, que desmoronou a frágil estrutura de governança do país, a maior gangue do Haiti, a 400 Mawozo, mudou-se de sua base principal para conquistar diversas regiões adjacentes que estavam sob o controle da gangue rival, a Chen Mehan, parte da Família G9 e Aliados (a maior federação de gangues do Haiti). Pelo menos 148 pessoas foram mortas e 132 lares incinerados, resultando em vários estupros coletivos, uma dezena de decapitações e civis queimados vivos.²⁷ Isso levou Luis Abinader, presidente da República Dominicana, a instigar a comunidade internacional a “fornecer a verba que foi prometida tantas vezes, e ela precisa ser

fornecida agora... ou o colapso será irreversível e uma ameaça à República Dominicana e a toda a região”, o que fez com que os EUA e o Canadá prestassem um apoio limitado.²⁸ Uma resposta conjunta ainda mais forte entre os EUA e o Canadá ocorreu assim que a Rússia enviou ativos navais a Cuba em uma demonstração de força, com o objetivo de mostrar sua insatisfação com o apoio oferecido pelos EUA à Ucrânia.²⁹

Além das ambições da Rússia e da China no Ártico, suas ambições no Polo Sul também complicam ainda mais a segurança do hemisfério ocidental.³⁰ Embora, a Antártida geralmente seja uma questão pertinente a países com reivindicações territoriais no continente (Argentina, Austrália, Chile, França, Nova Zelândia, Noruega e Reino Unido), a Rússia investiu recursos consideráveis na busca por petróleo e reservas minerais, indo de encontro ao banimento da mineração na Antártida de 1998.³¹ Ao mesmo tempo, a Argentina tomou uma decisão significativa de buscar o *status* de parceira global da OTAN.³² Além disso, também há planos para uma base naval conjunta dos EUA e da Argentina em andamento.³³ Todas essas atividades combinadas indicam que a parte meridional do hemisfério ocidental está ganhando cada vez mais importância. Ao tornar-se parceira global da OTAN, a Argentina fortalece seus laços com os EUA, reafirma sua posição referente às suas reivindicações na Antártida e obtém acesso à tecnologia canadense, desenvolvida idealmente para resistir a temperaturas extremamente frias.³⁴ A região torna-se mais relevante, à medida que a Marinha dos EUA, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA e a Guarda Costeira dos EUA trocam sua *Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século 21* pelo recém-revisado *Poder Naval de Domínio Completo Integrado*.³⁵

Force Design 2030 do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA

Em 28 de março de 2023, perante o Comitê de Apropriações do Senado dos EUA, o General David H. Berger, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, declarou que a liderança dos EUA não podia se permitir criar uma força projetada para uma ameaça, região ou tipo de conflito bélico específico, considerando-se os conflitos atuais na África, na fronteira entre Índia e China, na fronteira entre Turquia e Síria, e na Ucrânia. Em vez disso, ele defendeu que os esforços contínuos deveriam ser aumentados para garantir que o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA pudesse ser mobilizado com eficácia para prevenir ou responder a crises em qualquer lugar, a qualquer momento.³⁶ Durante as guerras no Afeganistão e no Iraque, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA aumentou de tamanho e tornou-se excessivamente dependente de apoio logístico, afastando-se de sua missão marítima.³⁷ Assim, em março de 2020, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA anunciou o *Force Design 2030*, visando reorganizar e concentrar-se em sua missão bélica

expedicionária naval. Para isso, o *Force Design 2030* apoia-se sobre dois conceitos principais: operações litorâneas em um ambiente disputado e operações com bases avançadas expedicionárias, que ampliam a Força Expedicionária 21 do General James Amos, que “solicitou aos serviços que explorassem por meio de bases avançadas expedicionárias ou pontos militares espalhados pelo campo de batalha em potencial, como parte de uma campanha naval mais ampla”.³⁸ Essa abordagem distribuída abordou o desenvolvimento por parte da China de capacidades antiacesso/negação de área, com o objetivo de complicar as capacidades de focalização de forças inimigas, distribuindo recursos, armas e militares dos EUA, além de servir como uma pista de decolagem para ativos aeronáuticos e sistemas antinavios e antiaéreos do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA.³⁹

O *Force Design 2030* engloba a reorganização de formações de unidades e a redução em 12 mil militares até 2030. O General Berger argumenta que os equipamentos tradicionais são inadequados para o palco do Pacífico, defendendo que as ameaças modernas exigem foguetes de alta precisão e longo alcance, drones armados e mísseis móveis para afundar navios.⁴⁰ Esse posicionamento advém de anos de jogos de guerra confidenciais no Indo-Pacífico pelo Colégio de Guerra Naval dos EUA e de exercícios militares de Resposta Fria na Noruega, que ocorrem a cada dois anos.⁴¹ Mais de 30 mil soldados de 27 países participaram (14 mil tropas terrestres, 8 mil marinheiros/tropas da Marinha, 8 mil tropas aeronáuticas e outras) do último exercício, realizado em março de 2022.⁴² Um exercício ainda maior, a Resposta Nórdica, ocorreu em março de 2024 com mais de 20 mil tropas e mais de 50 submarinos, fragatas, corvetas, porta-aviões e diversas embarcações anfíbias de 13 nações aliadas.⁴³

Porém, no artigo *Marine Corps Force Design 2030 and Implications for Allies and Partners: Case Norway (Force Design 2030 do Corpo de Fuzileiros Navais e suas implicações para aliados e parceiros: caso da Noruega)*, Terje Bruøygaard e Jørn Qviller salientam a falta de um conceito conjunto orientador, dificultando a comunicação da transformação do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA aos aliados. Eles também realçam a necessidade de o Departamento de Defesa dos EUA desenvolver um plano de implementação abrangente que inclua oportunidades práticas e eficientes de treinamento e interoperabilidade das forças conjuntas a fim de testar os novos conceitos e capacidades.⁴⁴ Além disso, diversos artigos foram publicados sobre a linguagem específica do *Force Design 2030* do Corpo de Fuzileiros Navais, com o objetivo de extrair *insights* sobre a priorização das ameaças e capacidades, considerando-se o nervosismo crescente entre analistas dos EUA e de nações parceiras, pois ele não aborda vários países, grupos de atores não estatais ou regiões (por exemplo, o documento não aborda o hemisfério ocidental). O documento, entretanto, aborda a defesa de Taiwan contra a agressão da China como

uma das maiores prioridades. Não obstante, há um espaço enorme para que os países do hemisfério ocidental apoiem os esforços dos EUA e, ao mesmo tempo, revivam infraestruturas navais de décadas atrás na região.

Indo além: defesa coletiva multidomínio integral

Surgiram várias propostas de acordo ao abordar as questões de falta de capacidades na região. Para antecipar quaisquer receios futuros quanto à corrida armamentista naval, com base no Tratado Naval de Washington de 1922, Guevara Moyano propôs limites para 1) os armamentos a serem portados por todas as embarcações navais do hemisfério ocidental, incluindo o alcance dos mísseis do tipo superfície-superfície instalados em navios ou defesas costeiras; 2) a aquisição de navios modernos, como contratorpedeiros e fragatas com mísseis guiados; e 3) a quantidade de submarinos, a fim de garantir que esses ativos sirvam exclusivamente para fins de defesa e tenham uma capacidade reduzida de se tornar armas ofensivas. Além do mais, deve-se manter o foco na obtenção de capacidades eficazes de controle de zonas econômicas exclusivas e proteção de vias marítimas com embarcações menores que contem com armamentos antiaéreos, antissubmarinos e antissuperfícies.⁴⁵ Outras pessoas também mencionam a necessidade de integrar a função da polícia marítima às capacidades das frotas das nações parceiras, o que permitiria uma utilização de recursos mais eficaz, principalmente por parte de países com recursos limitados. Essa integração também aumenta a capacidade das nações parceiras de desempenhar suas diversas funções, principalmente com submarinos e unidades de combate na superfície.⁴⁶ Para isso, o programa de artigos de defesa excedentes dos EUA aprimora as capacidades de segurança marítima dos parceiros latino-americanos, transferindo plataformas herdadas excedentes do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, embora isso talvez não seja suficiente para enfrentar os desafios atuais e não aborde as questões orçamentárias de longo prazo.⁴⁷

Do ponto de vista do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, as soluções propostas para abordar as necessidades dos parceiros do hemisfério ocidental incluem continuar construindo embarcações de patrulha marítima multiuso, com a opção de integrar sistemas de armas e lançadores de mísseis, tanto do tipo superfície-superfície quanto do tipo superfície-ar, em conjunto com uma quantidade significativa de mísseis em cada unidade de superfície, a fim de incluir capacidades conjuntas de exercícios, combinando recursos para abordar as ameaças domésticas dentro de cada país.⁴⁸ É interessante notar que essas soluções são semelhantes às estudadas pelo serviço de infantaria de marinha da Colômbia, um ator significativo nos conflitos armados da Colômbia nos últimos 80 anos. O estudo sobre a infantaria de marinha da Colômbia concentrou-se nas capacidades de recuperação anfíbia, aquisição de capacidades de defesa costeira, fortalecimento das capacidades

operacionais em vias fluviais e classificação do serviços de infantaria de marinha da Colômbia como um órgão exclusivo capaz de cuidar da projeção do poder e da defesa soberana de vias marítimas e fluviais.⁴⁹ No entanto, uma abordagem à defesa hemisférica coletiva serviria apenas para fortalecer essas capacidades de defesa.

Em seu estudo de 2022 intitulado *Integración Naval en el Pacífico Sudamericano: una respuesta regional a las amenazas en nuestros dominios marítimos* (Integração naval no Pacífico Sul-americano: uma resposta regional às ameaças nos nossos domínios marítimos), Valega Mires fala sobre um modelo estilo confederação para estabelecer a integração dentro dos mecanismos supranacionais existentes. No entanto, esta abordagem visa encorajar a convergência em vez da integração.⁵⁰ Isso envolveria desenvolver capacidades conjuntas para dissuadir ameaças vindas de fora da região ou de países desestabilizadores dentro da área. O estudo sugere uma coordenação nacional e internacional, bem como um alinhamento entre doutrina e políticas nos países para a defesa coletiva contra ameaças específicas; um exemplo disso seria a utilização do que historicamente deu aos EUA uma vantagem sobre seus inimigos: poder conjunto.⁵¹ Como Erdelatz *et al.* enfatizam no artigo *Naval Integration: An Old Approach for a New Era* (Integração naval: uma abordagem antiga para uma nova era), é essencial abordar novos conceitos e doutrinas do ponto de vista de uma força conjunta em todos os domínios na guerra.⁵² Eles salientam que mísseis projetados para afundar navios pela Força Aérea dos EUA ou pelo Exército dos EUA são tão essenciais quanto os componentes da infantaria de marinha em um conflito bélico naval. Isso se encaixa perfeitamente no conceito do *Force Design 2030* do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, que já fornece um modelo de segurança conjunta por meio de integração conjunta e alocação de sistemas de armas cinéticas oriundos de outros serviços armados como parte da integração multidomínio; essa integração também aliviaria a pressão financeira sobre as marinhas das nações parceiras na região.

Uma ferramenta que promova a abertura e o trabalho em equipe pode reduzir os gastos e utilizar com eficácia cada componente dos mecanismos de defesa nacional da região a fim de causar um impacto mais significativo sem consumir recursos consideráveis que são necessários com urgência em outras áreas. A alocação estratégica de recursos em todo o hemisfério e sua coordenação por meio de centros de comando e controle multinacionais podem servir de base para as iniciativas implementadas no hemisfério ocidental e promover a confiança entre os parceiros. Esses ativos de soberania compartilhada podem prevenir a intensificação de conflitos e garantir os esforços cooperativos de todos os países ao responder a um ataque. Embora não seja ideal, essa abordagem é melhor que outras alternativas, como deixar a segurança marítima a cargo de atores privados. Atualmente, vários países da região não contam com um exército e dependem dos EUA para protegê-los, mas

exigir pagamentos diretos em troca de proteção não é política e financeiramente viável. Portanto, também pode ser benéfico explorar formas alternativas de financiar a defesa compartilhada, como, por exemplo, por meio do uso de capital do setor privado, como feito pela OTAN e pela Europa.⁵³

Considerações finais

O conceito do *Force Design 2030* do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA oferece avanços consideráveis em termos de tecnologia e capacidades, indicando uma transição do foco tradicional contra o terrorismo e a insurgência para uma estratégica mais centrada nos mares. Embora represente, como redigido atualmente, um modelo abrangente para mudanças conceituais e doutrinárias dentro do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA a fim de adaptar-se às dinâmicas de concorrência em constante evolução na região Indo-Pacífico, este artigo defende que as forças navais latino-americanas também podem se beneficiar da adoção de elementos desse conceito, principalmente para abordar ameaças e desafios não estatais. Alinhando-se às abordagens doutrinárias específicas do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, as forças navais latino-americanas podem cultivar unidades ágeis e eficientes que complementem as capacidades de seus respectivos países, além de proporcionar uma defesa abrangente do hemisfério ocidental ao mesmo tempo.

Essa abordagem constitui uma estratégia mais viável que depender exclusivamente de parcerias bilaterais com a Marinha dos EUA, como tem sido a prática convencional. Porém, essa abordagem exigirá uma reestruturação de todos os serviços armados para estabelecer acordo multilaterais que permitam aquisições de defesa conjunta entre os países parceiros. Apesar dos desafios que as nações da região enfrentarão ao estabelecer esses mecanismos, como limitações orçamentárias e diferenças doutrinárias e de políticas, uma implementação bem-sucedida aumentará as capacidades anfíbias e preparará os componentes navais da região para o futuro. Em suma, embora o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA esteja recalibrando seu foco no sentido das operações navais, seus alicerces ainda carregam consigo suas responsabilidades históricas. □

Notas

1. Jaime Sepúlveda Cox, “El Cono Sur de América y las Fuerzas de Infantería de Marina en el Actual Contexto de la Seguridad Internacional (O Cone Sul da América e as forças de Infantaria de marinha no contexto atual da segurança internacional)”, *Revista De Marina*, Vol. 5, 2005, 429–44.

2. Marcos Pablo Moloeznik, “Infantería de Marina en América Latina: pasado, presente y proyección a futuro (Infantaria de marinha na América Latina: passado, presente e projeção para o futuro)”, *Revista del Centro de Estudios Superiores Navales* 39, no. 2 (2018): 11–46.
3. David Perry, “A New Marine Commando Regiment (Um novo regimento de comando da Marinha)”, *Canadian Naval Review* 3, no. 2 (2007): 15–20.
4. Jeannie L. Johnson, *The Marines, Counterinsurgency, and Strategic Culture: Lessons Learned and Lost in America’s Wars (Fuzileiros navais, contrainsurgência e cultura estratégica: lições aprendidas e perdidas nas guerras da América)*, Georgetown University Press, 2018.
5. Marcos Pablo Moloeznik, “La Armada De México Frente a Sus Pares De América Latina (A Armada do México diante de seus pares na América Latina)”, *Revista Del CESLA. International Latin American Studies Review* 14 (2011): 39–71.
6. James Rogers, “Audit of geopolitical capability: South America—Assessing the Neighbourhood of Chile (Auditoria da capacidade geopolítica: América do Sul — avaliação da vizinhança do Chile)”, The Henry Jackson Society, 2019.
7. Moloeznik, “Infantería de Marina En América Latina: Pasado, Presente y Proyección a Futuro (Infantaria de marinha na América Latina: passado, presente e projeção para o futuro)”.
8. Matthew Von Ruden, “Building Maritime Security Capabilities in Latin America and the Caribbean Through the Excess Defense Articles Program (Capacitação em segurança marítima na América Latina e no Caribe por meio do programa de artigos de defesa excedentes)”, 16 de maio de 2006, <https://doi.org/10.21236/ada463670>; Carlos Solar, “For Latin American Countries, Geopolitical Competition Begins at Sea (Para os países da América Latina, a concorrência geopolítica começa no mar)”, *RUSI* (blog), 31 de janeiro de 2023, <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/latin-american-countries-geopolitical-competition-begins-sea>.
9. Kyle Duggan, “Canada Stuck in NATO Penalty Box Through 2030: New Defense Spending Plan Fails to Hit 2-percent Target (O Canadá está preso na caixa de penalidades da OTAN até 2030: novo plano de despesas de defesa não consegue atingir a meta de 2%)”, *Politico*, 9 de abril de 2024, <https://www.politico.com/news/2024/04/09/canada-nato-2030-penalty-00151064>.
10. Marcos Pablo Moloeznik, “Derrotero y paradigmas navales en Latinoamérica (Roteiro e paradigmas navais na América Latina)”, in *Transformaciones Geopolíticas y Nuevas Amenazas En América Latina (Transformações geopolíticas e novas ameaças na América Latina)*, ed. Katarzyna Krzywicka e Paweł Trefler (Lubin, Poland: Uniwersytetu Marii Curie - Skłodowskie, 2016), 137–61.
11. Jack Detsch, “The Pentagon Is Trying to Rebuild the Arsenal of Democracy: It’s Not Just One War or Two. How Do You Fight Three at Once (O Pentágono está tentando reconstruir o arsenal da democracia: não são só uma ou duas guerras. Como lutar três guerras de uma vez)”, *Foreign Policy*, acessado em 4 de janeiro de 2024, <https://foreignpolicy.com/2024/01/04/united-states-pentagon-defense-industrial-base-china-taiwan-ukraine-israel/>; Hector I. Guevara Moyano, “Exploring a Conventional Armed Forces Treaty for South America (Análise de um tratado de forças armadas convencional na América do Sul)”, (Washington DC: Georgetown University, 2010), <https://repository.library.georgetown.edu/handle/10822/553504>.
12. Jay Sexton, “The Many Faces of the Monroe Doctrine (As várias faces da Doutrina Monroe)”, *War on the Rocks* (blog), 4 de dezembro de 2023, <https://warontherocks.com/2023/12/the-many-faces-of-the-monroe-doctrine/>.
13. Magnotta, Fernanda. “Did Biden’s Latin America Summit Offer Too Little, Too Late? (A Cúpula da América Latina de Biden ofereceu pouco demais, tarde demais?)”, *Americas Quarterly*,

13 de novembro de 2023. <https://americasquarterly.org/article/is-bidens-latin-america-summit-offering-too-little-too-late/>.

14. Raphael S. Cohen et al., *Great-Power Competition and Conflict in the 21st Century Outside the Indo-Pacific and Europe (Concorrência e conflitos entre grandes potências no século 21 fora do Indo-Pacífico e da Europa)*, RAND Corporation eBooks, 2023, <https://doi.org/10.7249/rra969-1>.

15. Jaime Sepúlveda Cox, “El Cono Sur de América y las Fuerzas de Infantería de Marina en el Actual Contexto de la Seguridad Internacional (O Cone Sul da América e as forças de Infantaria de marinha no contexto atual da segurança internacional)”.

16. Aldo Vergara Sierra, “Disuasión Integrada’, El Nuevo Concepto Estratégico De EE. UU. Sus Efectos En La Interoperabilidad Militar De La Región, Desafíos Y Oportunidades Para Nuestro Ejército (‘Dissuasão integrada’, o novo conceito estratégico dos EUA e seus efeitos na interoperabilidade militar da região, desafios e oportunidades para o nosso exército)”, *Escenarios Actuales*, maio de 2023, 163–73, <https://www.cesim.cl/wp-content/uploads/2023/08/ANO-28-N%C2%B0-1-2023-165-175.pdf>.

17. Carlos Ojeda, “La Disuasión Integrada: ¿Base para un Compromiso Hemisférico? (A dissuasão integrada: base para um compromisso hemisférico?)”, *GEODESE*, 23 de abril de 2014, <https://www.geodese.com/2024/04/23/la-disuasion-integrada-base-para-un-compromiso-hemisferico/>; Carlos Alberto Barrera Franco e Manuel Abdullah Carranza Vázquez, “Disuasión Estratégica En El Hemisferio Occidental: Propuestas Vigentes Para El Entorno Multidominio (Dissuasão estratégica no hemisfério ocidental: propostas vigentes para o ambiente multidomínio)”, *Global Strategy* (Universidad de Granada, 4 de maio de 2023), <https://global-strategy.org/disuasion-estrategica-en-el-hemisferio-occidental-propuestas-vigentes-para-el-entorno-multidominio/>.

18. Leland Lazarous e Robert Furton, “LAC Goes Global: Allies and Partners in Latin America and the Caribbean (ALC torna-se global: aliados e parceiros na América Latina e no Caribe)”, Jack D. Gordon Institute for Public Policy, novembro de 2023, https://digitalcommons.fiu.edu/jgi_research/60.

19. Luke A. Nicastro, “U.S. Defense Infrastructure in The IndoPacific: Background and Issues for Congress (Infraestrutura de defesa dos EUA no Indo-Pacífico: histórico e questões para o Congresso)”, Congressional Research Service, 23 de junho de 2023, <https://sgp.fas.org/crs/natsec/R47589.pdf>.

20. Rodríguez-Ruiz, Héctor Mauricio, Luis Hernando Osorio-Dussan, Sergio Uribe-Cáceres e Luis Eduardo Chávez-Perdomo. 2017. “Seguridad Marítima Retos y Amenazas (Segurança marítima:desafioseameças)”, in *Escuela Superior de Guerra*. <https://doi.org/10.25062/9789585605480>.

21. Solar, “For Latin American Countries, Geopolitical Competition Begins at Sea (Para os países da América Latina, a concorrência geopolítica começa no mar)”.

22. Ellis, Robert Evan. “El Papel Estratégico de América Latina en un Conflicto Global por Taiwán (O papel estratégico da América Latina em um conflito mundial por Taiwan)”. *Revista Seguridad Y Poder Terrestre* 2, no. 1 (12 de janeiro de 2023): 91–111. <https://doi.org/10.56221/spt.v2i1.21>.

23. Alonso Moleiro, “El chavismo gana el referéndum para la anexión del Esequibo y eleva la tensión con Guyana (O chavismo vence o referendo para a anexação do Essequibo e eleva a tensão com a Guiana)”, *El País*, 3 de dezembro de 2023, <https://elpais.com/america/2023-12-04/el-chavismo-gana-el-referendum-para-la-anexion-del-essequibo-y-eleva-la-tension-con-guyana.html>.

24. Marc Perelman, “La Entrevista - María Corina Machado: ‘Referendo Por El Esequibo Fue Una Distracción De Maduro’ (A entrevista: María Corina Machado: ‘O referendo pelo Essequibo foi uma distração de Maduro’)”, *France 24*, 6 de dezembro de 2023, <https://www.france24.com/es/programas/la-entrevista/20231206-mar%C3%ADa-corina-machado-referendo-por-el-essequibo-fue-una-distracci%C3%B3n-de-maduro>.

25. Carolina Mella, “Así Se Planificó El Crimen Del Candidato Presidencial Fernando Villavicencio En Ecuador (Assim foi planejado o crime do candidato presidencial Fernando Villavicencio no Equador)”, *El País*, 1.º de março de 2024, <https://elpais.com/america/2024-03-01/el-crimen-de-fernando-villavicencio-se-planifico-desde-la-carcel-de-cotopaxi.html>.

26. Glaeldys González Calanche, “Can a War on Crime Bring Relief to Ecuador? | Crisis Group (Uma guerra contra o crime pode trazer alívio ao Equador? | Grupo de crise)”, 19 de janeiro de 2024, <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/ecuador/can-war-crime-bring-relief-ecuador.r>

27. Alessandro Ford e Alessandro Ford, “Why Haiti’s Gang War Keeps on Getting Worse (Por que a guerra de gangues do Haiti continua piorando)”, *Insight Crime*, 16 de julho de 2024, <https://insightcrime.org/news/why-haiti-gang-war-keeps-on-getting-worse/>.

28. El Debate, “Las Pandillas Haitianas Consolidan Su Poder Y Amenazan Con Expandirse a República Dominicana (As gangues do Haiti consolidam seu poder e ameaçam expandir-se para a República Dominicana)”, *El Debate*, 21 de fevereiro de 2024, https://www.eldebate.com/internacional/20240221/pandillas-haitianas-consolidan-poder-amenazan-expandirse-republica-dominicana_175868.html; Ambassador Mark A. Green, “Gang Rule, Gang Killings in Haiti (Governo das gangues, mortes pelas gangues no Haiti)”, *Wilson Center*, 15 de abril de 2023, <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/gang-rule-gang-killings-haiti>.

29. Dave Sherwood, “US Attack Sub, Canada Navy Patrol Ship Arrive in Cuba on Heels of Russian Warships (Os EUA atacam submarino, navio de patrulha da Marinha do Canadá chega a Cuba seguido de perto por navios de guerra russos)”, *Reuters*, 15 de junho de 2024, <https://www.reuters.com/world/americas/us-attack-sub-canada-navy-patrol-ship-arrive-cuba-heels-russian-warships-2024-06-14/>.

30. Dmitri Trenin, “Russia and China in the Arctic: Cooperation, Competition, and Consequences (Rússia e China no Ártico: cooperação, concorrência e consequências)”, *Carnegie Russia Eurasia Center*, 31 de março de 2020, <https://carnegieendowment.org/posts/2020/03/russia-and-china-in-the-arctic-cooperation-competition-and-consequences?lang=en&er=russia-eurasia>.

31. Tiara Walters, “‘Gentleman’s Agreement’: Despite Mining Ban, Russia Scours Antarctica for Massive Fossil Fuel Deposits (‘Acordo de cavalheiros’: apesar de banir a mineração, a Rússia procura depósitos gigantescos de combustíveis fósseis na Antártida)”, *Daily Maverick*, 1.º de abril de 2024, <https://www.dailymaverick.co.za/article/2022-05-17-gentlemans-agreement-despite-mining-ban-russia-scours-antarctica-for-massive-fossil-fuel-deposits/>.

32. Richard Sanders, “‘Knock-Knock-Knocking’ on NATO’s Door (Batendo à porta da OTAN)”, *Wilson Center*, 17 de maio de 2023, <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/knock-knock-knockin-natos-door>.

33. José Pablo Criales, José Pablo Criales e José Pablo Criales, “Milei Anuncia Una ‘Base Naval Conjunta’ Con Estados Unidos En La Patagonia Argentina (Milei anuncia uma ‘base naval conjunta’ com os Estados Unidos na Patagônia Argentina)”, *El País Argentina*, 5 de abril de 2024, <https://elpais.com/argentina/2024-04-05/milei-anuncia-una-base-naval-conjunta-con-estados-unidos-en-la-patagonia-argentina.html>.

34. Global Affairs Canada, “Canadian Arctic Capabilities by Sector – Canada (Capacidades do Canadá no Ártico por setor – Canadá)”, GAC, 16 de janeiro de 2017, <https://www.international.gc.ca/gac-amc/institution/tcs-sdc/publications/cacg-gcac/cacg-gcac.aspx?lang=eng>.

35. “*Advantage At Sea: Prevailing With Integrated All-domain Naval Power (Vantagem no mar: prevalecer com um poder naval de domínio completo integrado)*”, Department of the Navy, 2020.

36. Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, “Statement Of General David H. Berger Commandant Of The Marine Corps (Declaração do General David H. Berger, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais)”, sem data, <https://www.cmc.marines.mil/Speeches-and-Transcripts/Transcripts/Article/3360019/statement-of-general-david-h-berger-commandant-of-the-marine-corps-on-the-postu/>.

37. Dakota Wood, “The U.S. Marine Corps Has a Choice: Transform or Die (O Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA tem uma escolha: transformar-se ou morrer)”, Defense One, 16 de outubro de 2022, <https://www.defenseone.com/ideas/2022/10/us-marine-corps-transform-or-die/378464/>.

38. Will McGee, “Forcing Design or Designing Force? The Reinvention of the Marine Corps | Small Wars Journal (Design forçado ou força do design? A reinvenção do Corpo de Fuzileiros Navais | Small Wars Journal)”, 7 de maio de 2022, <https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/forcing-design-or-designing-force-reinvention-marine-corps>.

39. Will McGee, “Forcing Design or Designing Force? The Reinvention of the Marine Corps | Small Wars Journal (Design forçado ou força do design? A reinvenção do Corpo de Fuzileiros Navais | Small Wars Journal)”.

40. Feickert, Andrew. “U.S. Marine Corps Force Design 2030 Initiative: Background and Issues for Congress (Iniciativa Force Design 2030 do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA: histórico e questões para o Congresso)”. Congressional Research Service, 30 de junho de 2023.

41. Paul McLeary e Lee Hudson, “How Two Dozen Retired Generals Are Trying to Stop an Overhaul of the Marines (Como duas dezenas de generais da reserva estão tentando parar uma reforma dos fuzileiros navais)”, POLITICO, 1.º de abril de 2022, <https://www.politico.com/news/2022/04/01/corps-detat-how-two-dozen-retired-generals-are-trying-to-stop-an-overhaul-of-the-marines-00022446>.

42. “Cold Response 2022 (Resposta Fria de 2022)”, Forças Armadas da Noruega, 17 de novembro de 2022, <https://www.forsvaret.no/en/exercises-and-operations/exercises/cr22>.

43. “Nordic Response 2024 (Resposta Nórdica de 2024)”, Forças Armadas da Noruega, 14 de maio de 2024, <https://www.forsvaret.no/en/exercises-and-operations/exercises/nr24>.

44. Terje Bruøygard e Jørn Qviller, “Marine Corps Force Design 2030 and Implications for Allies and Partners: Case Norway (Force Design 2030 do Corpo de Fuzileiros Navais e suas implicações para aliados e parceiros: caso da Noruega)”, *Journal of Advanced Military Studies* 11, no. 2 (16 de dezembro de 2020): 198–210, <https://doi.org/10.21140/mcu.20201102010>.

45. Hector I. Guevara Moyano, “Exploring a Conventional Armed Forces Treaty for South America (Análise de um tratado de forças armadas convencional na América do Sul)”.

46. Ignacio Mardones, “Una Fuerza Naval Para Los Desafíos Del País (Uma força naval para os desafios do país)”, AthenaLab, março de 2024.

47. Von Ruden, “Building Maritime Security Capabilities in Latin America and the Caribbean Through the Excess Defense Articles Program (Capacitação em segurança marítima na América Latina e no Caribe por meio do programa de artigos de defesa excedentes)”.

48. Moloeznik, “Infantería de Marina En América Latina: Pasado, Presente y Proyección a Futuro (Infantaria de marinha na América Latina: passado, presente e projeção para o futuro)”.

49. Hernández Merchán, Nelson Ancízar e José Holver Vera Mogollón. *Análisis Prospectivo Y Estratégico De La Infantería De Marina De La República De Colombia Al Año 2030 (Análise prospectiva e estratégica da infantaria de marinha da República da Colômbia até o ano 2030)*. 2017.

50. Manuel Valega Mires, “Integración Naval en el Pacífico Sudamericano: una respuesta regional a las amenazas en nuestros dominios marítimos (Integração naval no Pacífico Sul-americano: uma resposta regional às ameaças nos nossos domínios marítimos)”, *Revista De La Escuela Superior De Guerra Naval* 20, no. 1 (16 de novembro de 2023): 56–69.

51. Dan Sukman e Charles Davis, “Divided We Fall: How the U.S. Force Is Losing Its Joint Advantage Over China and Russia (Divididos, caímos: como a Força dos EUA está perdendo sua vantagem conjunta sobre a China e a Rússia)”, *Military Review* 100, no. 2 (1.º de março de 2020): 49.

52. Scott Erdelatz et al., “Naval Integration: An Old Approach for a New Era (Integração naval: uma abordagem antiga para uma nova era)”, *Journal of Advanced Military Studies* 11, no. 2 (16 de dezembro de 2020): 74–87, <https://doi.org/10.21140/mcu.2021102004>.

53. Hayley Channer e John Kunkel, “UPSCALE: Using Private Sector Capital for the Alliance (Uso de capital do setor privado para a Aliança)”, United State Studies Center, 5 de outubro de 2023.

William “Bill” Godnick, PhD

O Dr. Godnick atua como reitor de assuntos acadêmicos no William J. Perry Center. Ele ingressou no Perry Center em 2016 como professor de prática. Ele já liderou programas acadêmicos de defesa estratégica e direitos humanos, e lecionou em várias universidades de prestígio, incluindo a Universidade Americana e o Instituto Middlebury. Seus cargos anteriores incluem coordenador do programa de segurança pública da ONU e conselheiro sênior para políticas da International Alert. Fluente em espanhol, ele já morou e trabalhou em mais de 20 países do hemisfério ocidental.

Robert Burrell, PhD

O Dr. Burrell é parceiro sênior de pesquisa no Instituto de Segurança Global e Nacional da Universidade da Flórida do Sul. Atuou como professor assistente na Universidade de Operações Especiais Conjuntas de 2020 a 2024 e foi editor-chefe de doutrina do Comando de Operações Especiais de 2011 a 2014. Anteriormente, ele lecionou história militar na Academia Naval dos EUA de 2001 a 2004. Um fuzileiro naval aposentado com duas turnês de combate no Iraque, Burrell é especialista na região Ásia-Pacífico, com 12 anos de experiência morando e trabalhando no Japão, Coreia, Filipinas e Tailândia. Ele também realizou uma turnê diplomática na Embaixada dos EUA na Austrália de 2016 a 2019.

Manuel Carranza

Manuel Carranza trabalhou como assistente de pesquisa no Centro William J. Perry de Estudos em Defesa Hemisférica e como parceiro não residente na Universidade de Operações Especiais Conjuntas dos EUA. Atualmente, ele é parceiro da Rede Norte-americana e Ártica de Defesa e Segurança. Carranza é bacharel em Estudos de Inteligência e Segurança pelo Colégio Militar da Carolina do Sul. Ele também estudou na Academia Naval Colombiana, na Universidade de Defesa Nacional da Argentina e no Centro Ted Stevens de Estudos em Segurança no Ártico. Suas afiliações incluem o Conselho Mexicano de Assuntos Internacionais, o Centro Estratégico de Pesquisa em Crime Organizado do RUSI e o Centro de Estudos Estratégicos e Aeroespaciais (CEEAA) da Força Aérea do Chile.